

Ramos
[Signature]

RELATÓRIO E CONTAS



2014



Ramos
[Handwritten signature]

RELATÓRIO E CONTAS

2014

PRAIA AMBIENTE, EMPRESA MUNICIPAL

- 1 – Balanço
- 2 – Demonstração de Resultados por Naturezas
- 3 – Demonstração de Resultados por Funções
- 4 – Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- 5 – Demonstração de Fluxos de Caixa
- 6 – Anexo às Demonstrações Financeiras
- 7 – Relatório de Gestão
- 8 – Declaração do Órgão de Gestão
- 9 – Certificação Legal das Contas


BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em euros)


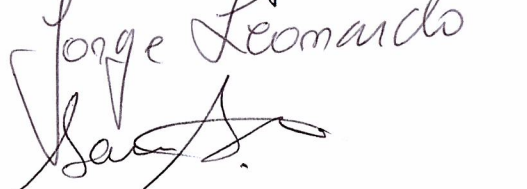
ACTIVO	Notas	31 dezembro 2014	31 Dezembro 2013
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	3; 5; 18	4.347.349,16	4.452.768,03
Activos intangíveis	3; 6; 18	0,00	600,18
Investimentos financeiros	3	373,15	0,00
Total do activo não corrente		4.347.722,31	4.453.368,21
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	3; 8	26.257,27	19.804,62
Cientes	9	308.201,70	363.205,43
Adiantamentos a fornecedores	13	4.497.026,79	4.474.426,79
Estados e outros entes públicos	3; 7; 14	6.918,29	8.583,38
Outras contas a receber	9	5.809,75	113.748,51
Diferimentos	10	9.023,28	7.833,89
Caixa e depósitos bancários	4	17.467,92	26.854,01
Total do activo corrente		4.870.705,00	5.014.456,63
Total do activo		9.218.427,31	9.467.824,84
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	11	1.878.348,22	1.878.348,22
Reservas legais	11	5.596,81	5.434,68
Outras reservas	11	5.814,81	5.814,81
Resultados transitados	11	33.723,98	30.643,60
Outras variações no capital próprio	3; 11	1.380.053,49	1.437.407,94
Total do capital próprio		3.303.537,31	3.357.649,25
Resultado líquido do período		28.115,29	3.242,51
Total do capital próprio		3.331.652,60	3.360.891,76
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	12	4.284.785,98	4.778.342,88
Passivos por impostos diferidos	3	0,00	134.652,62
Total do passivo não corrente		4.284.785,98	4.912.995,50
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	12	438.634,72	340.115,54
Estado e outros entes públicos	3; 14	33.798,48	37.380,39
Financiamentos obtidos	12	506.029,75	506.185,96
Outras contas a pagar	13	623.525,78	310.255,69
Total do passivo corrente		1.601.988,73	1.193.937,58
Total do passivo		5.886.774,71	6.106.933,08
Total do capital próprio e do passivo		9.218.427,31	9.467.824,84

O anexo faz parte integrante deste balanço.

O Técnico Oficial de Contas


TOC Nº 82359

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2014	31 dezembro 2013
Vendas e serviços prestados	15	2.701.387,20	2.874.152,04
Subsídios à exploração	15	120.279,99	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-10.558,24	-19.265,72
Fornecimentos e serviços externos	16	-897.629,04	-953.813,79
Gastos com o pessoal	17	-1.505.474,81	-1.403.085,53
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	-29.977,74	-27.493,96
Outros rendimentos e ganhos	15	213.569,02	97.491,43
Outros gastos e perdas		-26.445,55	-113.908,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>565.150,83</u>	<u>454.075,65</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	18	-295.512,65	-294.006,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>269.638,18</u>	<u>160.068,89</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		-231.639,40	-150.893,06
Juros e gastos similares suportados	19	-231.639,40	-150.893,06
Resultado antes de impostos		<u>37.998,78</u>	<u>9.175,83</u>
Imposto sobre o rendimento do período	3; 7	-9.883,49	-5.933,32
Resultado líquido do período		<u><u>28.115,29</u></u>	<u><u>3.242,51</u></u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

O Técnico Oficial de Contas

Handwritten signature
TOC nº 82359

O Conselho de Administração

Handwritten signatures
Paula Ramplona Ramos
Jorge Leonardo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES


DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em euros)

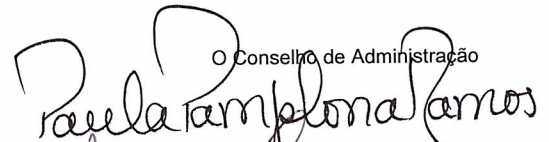
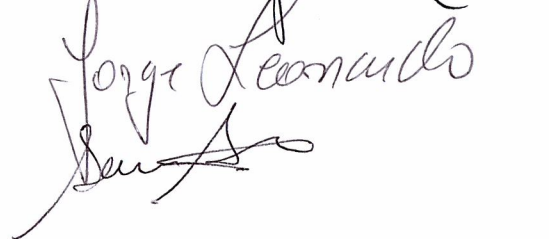
RUBRICAS	Notas	31 dezembro 2014	31 dezembro 2013
Vendas e serviços prestados	15	2.701.387,20	2.874.152,04
Custo das vendas e dos serviços prestados	8; 17; 18	-1.841.523,44	-1.743.851,97
Resultado bruto		859.863,76	1.130.300,07
Outros rendimentos	15	333.849,01	97.491,43
Gastos de distribuição	16	-233.290,90	-252.814,38
Gastos administrativos	16	-664.338,14	-700.999,41
Outros gastos		-45.746,44	-113.908,82
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		250.337,29	160.068,89
Gastos de financiamento (líquidos)	19	-212.338,51	-150.893,06
Resultados antes de impostos		37.998,78	9.175,83
Imposto sobre o rendimento do período	3; 7	-9.883,49	-5.933,32
Resultado líquido do período		28.115,29	3.242,51

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por funções

O Técnico Oficial de Contas


TOC N.º 32359

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2014

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
11	1.878.348,22	5.434,68	5.814,81	30.643,60	1.437.407,94	3.242,51	3.360.891,76
							0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	0,00	0,00	0,00	0,00	-67.488,05	0,00	-67.488,05
							0,00
11	0,00	162,13	0,00	18.127,77	0,00	-3.242,51	15.047,39
11	0,00	0,00	0,00	-15.047,39	10.133,60	0,00	-4.913,79
							0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.878.348,22	5.596,81	5.814,81	33.723,98	1.380.053,49	0,00	3.303.537,31
						28.115,29	28.115,29
						28.115,29	3.331.652,60
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.878.348,22	5.596,81	5.814,81	33.723,98	1.380.053,49	28.115,29	3.331.652,60

Posição no início do período 2014

Alterações no período:

- Diferenças de conversão de demonstrações financeiras
- Ajustamentos por impostos diferidos
- Outras alterações reconhecidas no capital próprio
- Aplicação de resultados
- Subsídio Proconvergência
- Outros

Resultado líquido do período

Resultado integral

Operações com detentores de capital no período
Realizações de capital

Posição no fim do período 2014

O Técnico Oficial de Contas

Constituição
TOC Nº 82359

O Conselho de Administração
Paula Ramalho Ramos
João Bernardino

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2013

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2013	11	1.878.348,22	5.327,80	5.814,81	29.280,67	1.460.202,13	2.137,47	3.381.111,10
Alterações no período:								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	11	0,00	0,00	0,00	0,00	-247.763,80	0,00	-247.763,80
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação de resultados	11	0,00	106,88	0,00	16.410,32	0,00	-2.137,47	14.379,73
Subsídio Proconvergência	11	0,00	0,00	0,00	-15.047,39	224.969,61	0,00	209.922,22
Outros								
		<u>1.878.348,22</u>	<u>5.434,68</u>	<u>5.814,81</u>	<u>30.643,60</u>	<u>1.437.407,94</u>	<u>0,00</u>	<u>3.357.649,25</u>
Resultado líquido do período	11						3.242,51	3.242,51
Resultado integral							<u>3.242,51</u>	<u>3.360.891,76</u>
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Posição no fim do período 2013		<u>1.878.348,22</u>	<u>5.434,68</u>	<u>5.814,81</u>	<u>30.643,60</u>	<u>1.437.407,94</u>	<u>3.242,51</u>	<u>3.360.891,76</u>

O Técnico Oficial de Contas

Carolina
T.O.C. N.º 82359

O Conselho de Administração

Raula Ruy Barbosa
João Leonardo
Sequeira

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA


DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em euros)

	31-12-2014	31-12-2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	2.967.053,83	3.005.304,89
Pagamentos a fornecedores	-902.895,22	-877.193,65
Pagamentos ao pessoal	-944.466,33	-957.743,80
Caixa gerada pelas operações	1.119.692,28	1.170.367,44
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-4.532,52	-4.836,28
Outros recebimentos / pagamentos	-389.426,25	-611.361,27
Fluxos das actividades operacionais [1]	725.733,51	554.169,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-85.630,13	-981.181,80
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
	-85.630,13	-981.181,80
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	103,86	10.857,31
Dividendos	0,00	0,00
	103,86	10.857,31
Fluxos das actividades de investimento [2]	-85.526,27	-970.324,49
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	741.000,00	1.814.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	741.000,00	1.814.000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1.169.724,82	-1.214.793,16
Juros e gastos similares	-220.868,51	-183.074,67
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-1.390.593,33	-1.397.867,83
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-649.593,33	416.132,17
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-9.386,09	-22,43
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	26.854,01	26.876,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.467,92	26.854,01

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Técnico Oficial de Contas


TOC NE 82359

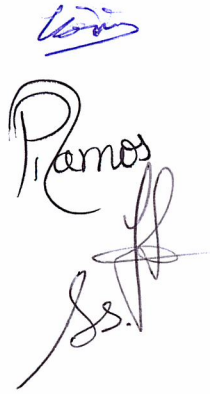
O Conselho de Administração


Paula Amplona Ramos
Jorge Leonardo

Praia Ambiente, E. M.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)



1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Praia Ambiente, E. M. (“*Empresa*” ou “*Sociedade*”) é uma empresa municipal, foi constituída em 09 de Outubro de 2006 e tem a sua sede social na Rua do Evangelho, nº. 1, 9760-456 Praia da Vitória.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

União
P. Ramos
SS.

Praia Ambiente, E. M.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer. Ao custo de aquisição ou produção são deduzidas as amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Terrenos e recursos naturais	—
Edifícios e outras construções	8 - 40
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 16

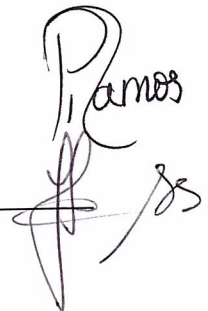
As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.



3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Praia Ambiente, E. M.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

BR
Ramos
SS

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.7 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa é o custo médio.

3.8 Política contabilística para subsídios do governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

(Montantes expressos em euros)

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam disponíveis.

3.9 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

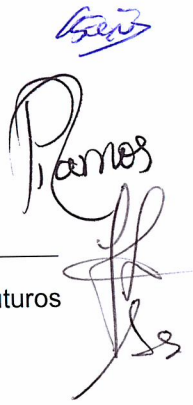
O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.11 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



Práia
Praia
SS.

(Montantes expressos em euros)

3.12 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.13 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 detalha-se conforme se segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Numerário	1.763,18	6.032,27
Depósitos bancários	<u>15.704,74</u>	<u>20.821,74</u>
	17.467,92	26.854,01

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Praia Ambiente, E. M.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

luz
P. Ramos
SS.

(Montantes expressos em euros)

31-12-2013

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	237.152,88	2.800.783,75	1.702.721,74	137.670,67	140.050,97	62.496,09	1.065.029,58	6.145.905,68
Aquisições			35.171,33	7.768,63	500,00			43.439,96
Alienações								
Transferências e abates								
Revalorizações								
Outras variações								
Saldo final	<u>237.152,88</u>	<u>2.800.783,75</u>	<u>1.737.893,07</u>	<u>145.439,30</u>	<u>140.550,97</u>	<u>62.496,09</u>	<u>1.065.029,58</u>	<u>6.189.345,64</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		124.860,52	1.102.885,10	102.232,14	92.405,17	20.959,06		1.443.341,99
Amortizações do exercício		94.585,80	163.439,32	13.581,97	16.379,85	5.248,68		293.235,62
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates								
Outras variações								
Saldo final		<u>219.446,32</u>	<u>1.266.324,42</u>	<u>115.814,11</u>	<u>108.785,02</u>	<u>26.207,74</u>		<u>1.736.577,61</u>
Activos líquidos	<u>237.152,88</u>	<u>2.581.337,43</u>	<u>471.568,65</u>	<u>29.625,19</u>	<u>31.765,95</u>	<u>36.288,35</u>	<u>1.065.029,58</u>	<u>4.452.768,03</u>

31-12-2014

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	237.152,88	2.800.783,75	1.737.893,07	145.439,30	140.550,97	62.496,09		5.124.316,06
Aquisições			131.863,19		7.979,37			139.842,56
Alienações								
Transferências e abates								
Revalorizações (Nota ___)								
Outras variações								
Saldo final	<u>237.152,88</u>	<u>2.800.783,75</u>	<u>1.869.756,26</u>	<u>145.439,30</u>	<u>148.530,34</u>	<u>62.496,09</u>		<u>5.264.158,62</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		219.446,32	1.266.324,42	115.814,11	108.785,02	26.207,74		1.736.577,61
Amortizações do exercício		94.585,82	176.538,90	9.222,50	9.316,64	5.248,61		294.912,47
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates								
Outras variações								
Saldo final		<u>314.032,14</u>	<u>1.442.863,32</u>	<u>125.036,61</u>	<u>118.101,66</u>	<u>31.456,35</u>		<u>2.031.490,08</u>
Activos líquidos	<u>237.152,88</u>	<u>2.486.751,61</u>	<u>426.892,94</u>	<u>20.402,69</u>	<u>30.428,68</u>	<u>31.039,74</u>		<u>3.232.668,54</u>

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método da linha reta durante a vida útil estimada (Nota 3.2).

Praia Ambiente, E. M.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

Genes
Praia
2014

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

<u>31-12-2014</u>	
	<u>Programas computador</u>
Activos	
Saldo inicial	2.400,00
Aquisições	<u>0,00</u>
Saldo final	<u>2.400,00</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade	
Saldo inicial	1.799,82
Amortizações do exercício	<u>600,18</u>
Saldo final	<u>2.400,00</u>
Activos líquidos	<u><u>0,00</u></u>

Vidas úteis

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Bem</u>	<u>Anos</u>
Programas de computador	3

(Montantes expressos em euros)

Primo
Primo
Primo

7 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

O gasto com impostos sobre o rendimento em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	<u>9.883,49</u>	<u>5.933,32</u>
	<u>9.883,49</u>	<u>5.933,32</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/ reversão de diferenças temporárias	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>9.883,49</u>	<u>5.933,32</u>

Praia Ambiente, E. M.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

Handwritten signature: P. Ramos

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o gasto com imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Resultado antes de impostos	37.998,78	9.175,83
Diferenças permanentes:		
Insuficiencia (excesso) estimativa imposto		
Multas e coimas		75,00
Menos-valias contabilísticas		
Gastos exercícios anteriores	6.622,50	81.070,83
Outros gastos não aceites		
Menos-valias fiscais		
Diferenças temporárias:		
Ajustamentos de transição		
Lucro tributável	<u>44.621,28</u>	<u>90.321,66</u>
Colecta sujeita à taxa de 8,75%		
Colecta sujeita à taxa de 17,5%		
Pagamento Especial por Conta	3.314,89	4.027,31
Derrama	732,30	
Tributações autónomas	2.068,97	1.934,00
Ajustamentos relativos imposto períodos anterior		
Imposto diferido		
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>6.116,16</u>	<u>5.961,31</u>
Taxa efectiva	16%	65,0%

Praia Ambiente, E. M.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

Primos
[Handwritten signature]

8 INVENTÁRIOS

Em dezembro de 2014 e em dezembro 2013, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	26.257,27		26.257,27	19.804,62		19.804,62
	26.257,27	0,00	26.257,27	19.804,62	0,00	19.804,62

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em dezembro de 2014 e de dezembro de 2013 é detalhado conforme se segue:

	31-12-2014	31-12-2013
	MP, subsid. consumo	MP, subsid. consumo
Saldo inicial	0,00	0,00
Compras	22.947,86	24.848,08
Regularizações	-12.389,62	-5.582,36
Saldo final	0,00	0,00
Custo das merc. Vendidas e das mat. Consumidas	10.558,24	19.265,72

Praia Ambiente, E. M.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

Lozer
Pamos
ff
es.

9 ACTIVOS FINANCEIROS

Cientes e outras contas a receber

Em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Clientes	406.894,12	98.692,42	308.201,70	431.920,11	-68.714,68	363.205,43
Outras contas a receber						0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	5.809,75		5.809,75	113.748,51		119.651,03
Devedores diversos						
	<u>412.703,87</u>	<u>98.692,42</u>	<u>314.011,45</u>	<u>545.668,62</u>	<u>-68.714,68</u>	<u>476.953,94</u>

10 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2014	31-12-2013
Seguros	<u>9.023,28</u>	<u>7.833,89</u>
Total de diferimentos ativos	<u>9.023,28</u>	<u>7.833,89</u>

11 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 o capital subscrito é detido pelos seguintes *acionistas*:

Câmara Municipal da Praia da Vitória

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa é detalhada conforme se segue:

	31-12-2014	31-12-2013
Capital		
Valor nominal	1.878.348,22	1.878.348,22
	<u>1.878.348,22</u>	<u>1.878.348,22</u>

Praia Ambiente, E. M.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

19/12/14
P. Ramos
[Signature]

No decurso do exercício de 2014, o resultado líquido do exercício de 2013 foi aplicado da seguinte forma:

<u>Aplicação de resultados</u>	
Reserva legal	162,13
Resultados transitados	<u>3.080,38</u>
	<u><u>3.242,51</u></u>

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Durante o exercício findo em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Subsídios ao investimento - Aterro	628.635,38	634.790,93
Subsídios ao investimento - Proconvergência	<u>751.418,11</u>	<u>802.617,01</u>
Total de Subsídios	<u><u>1.380.053,49</u></u>	<u><u>1.437.407,94</u></u>

12 PASSIVOS FINANCEIROS

Em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	<u>438.634,72</u>	<u>340.115,54</u>
	<u><u>438.634,72</u></u>	<u><u>340.115,54</u></u>

Praia Ambiente, E. M.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

Carina
Pamos
[Signature]

Os financiamentos obtidos em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 são detalhados conforme se segue:

Empréstimos bancários:	Entidade financiadora:	31-12-2014			31-12-2013			Vencimento
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente	
31654924/01/44	BCA	1.500.000,00	80.958,45	1.019.723,09	1.500.000,00	80.224,00	1.066.953,80	2027
21938023001	CEM	1.169.195,00	124.574,22	713.205,72	1.169.195,00	118.007,27	804.052,20	2020
1319	BES	250.000,00	18.412,66	227.528,64	250.000,00	14.134,74	212.213,56	2024
31654924/04/43	BCA	200.000,00	44.856,40	0,00	200.000,00	42.319,61	44.856,40	2015
31654924/03/43	BCA	725.000,00	31.687,34	645.905,85	725.000,00	30.496,71	643.865,00	2030
846694/003	CCA	856.802,60	71.085,44	710.133,84	856.802,60	66.906,47	747.491,54	2023
24568001000	CEM	170.000,00	36.146,44	72.242,29	170.000,00	33.923,90	74.660,00	2016
18245870001	BPG	1.000.000,00	86.956,56	896.046,52	1.000.000,00	50.724,66	949.275,34	2025
		5.870.997,60	494.677,51	4.284.785,95	5.870.997,60	436.737,36	4.543.367,84	

13 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 as rubricas, "Adiantamentos a fornecedores" e "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2014	31-12-2013
Adiantamentos a fornecedores		
Adiantamentos a forneceds de investimentos	4.497.026,79	4.474.426,79
	<u>4.497.026,79</u>	<u>4.474.426,79</u>
Outras contas a pagar		
Outras contas a pagar		
Pessoal	1.627,38	
Fornecedores de investimentos	144.353,06	14.189,91
Credores por acréscimos de gastos	166.770,04	126.273,53
Credores diversos	310.775,30	862,96
	<u>623.525,78</u>	<u>141.326,40</u>

Praia Ambiente, E. M.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

Gas
P. Ramos

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2014		31-12-2013	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	10.906,04		5.392,16	
Estimativa de imposto		9.883,49		5.933,32
Retenção na fonte	22,93		12,56	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		6.813,18		10.212,71
Imposto sobre o valor acrescentado	5.186,83		8.583,38	
Contribuições para a Segurança Social		26.561,37		26.639,08
Outros impostos	685,98	423,93		
	<u>16.801,78</u>	<u>43.681,97</u>	<u>13.988,10</u>	<u>42.785,11</u>

15 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 é detalhado conforme se segue:

	31-12-2014	31-12-2013
Prestação de serviços	2.701.387,20	2.874.152,04
Subsídios à exploração	120.279,99	0,00
Outros rendimentos e ganhos	212.090,74	95.911,03
Juros obtidos	1.478,28	1.580,40
	<u>3.035.236,21</u>	<u>2.971.643,47</u>

Luís
P. Ramos
23

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Subcontratos	168.976,16	174.300,50
Trabalhos especializados	97.552,96	123.205,38
Publicidade e propaganda	1.760,85	3.867,82
Honorários	15.951,20	20.420,76
Comissões	13.348,78	19.249,18
Conservação e reparação	88.405,29	97.851,32
Serviços bancários	23.581,48	33.443,34
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	25.087,84	27.680,17
Material de escritório	21.555,43	24.225,52
Electricidade	183.081,01	196.246,88
Combustíveis	130.020,13	133.533,18
Oleos e lubrificantes	4.670,28	4.450,54
Produtos limpeza veiculos	3.737,10	4.256,70
Produtos tratamento de águas	6.128,16	3.330,00
Deslocações e estadas	756,18	490,73
Transportes de mercadorias	331,41	298,23
Rendas e alugueres	858,40	10.401,71
Comunicação	69.341,56	55.874,92
Seguros	9.613,61	9.977,37
Despesas de representação	2.300,58	6.162,80
Outros	30.570,63	4.546,74
	<u>897.629,04</u>	<u>953.813,79</u>

17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Remunerações dos órgãos sociais	37.996,94	42.144,54
Remunerações do pessoal	1.186.862,92	1.118.293,09
Encargos sobre remunerações	258.441,71	223.587,53
Seguros acidente trabalho e doenças profissionais	15.300,52	12.841,72
Outros	6.872,72	6.218,65
	<u>1.505.474,81</u>	<u>1.403.085,53</u>

Praia Ambiente, E. M.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

18 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 é conforme se segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	294.912,47	293.206,84
Intangíveis (Nota 6)	600,18	799,92
	<u>295.512,65</u>	<u>294.006,76</u>

19 JUROS E OUTROS GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos dezembro de 2014 e em dezembro de 2013 são detalhados conforme se segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Juros suportados		
Financiamentos bancários	212.338,50	150.893,06
Outros financiamentos	19.334,13	17.499,30
Outros gastos de financiamento	<u>231.672,63</u>	<u>168.392,36</u>
	<u>231.672,63</u>	<u>168.392,36</u>

20 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100 % pela entidade Câmara Municipal da Praia da Vitória, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nesta entidade.

Praia Ambiente, E. M.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

21 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

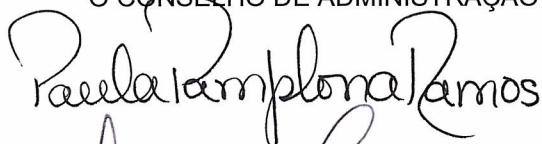
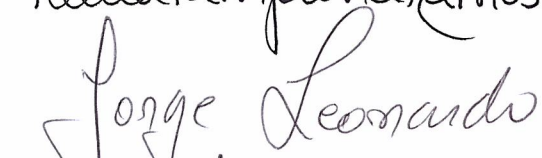

Em cumprimento do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei 411/91, declara-se que a empresa não tem dívidas vencidas à Segurança Social.

Durante o exercício de 2014, não foram adquiridas ou alienadas ações próprias e, em 31 de dezembro de 2014, a empresa não detinha quaisquer ações próprias.

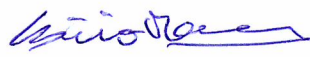
22 OUTRAS DIVULGAÇÕES

O projeto de fusão por incorporação proposto entre a Praia Ambiente, E.M. e a empresa Praia em Movimento, E.M. foi anulado, uma vez que é intenção da Câmara Municipal da Praia da Vitória proceder à venda da participação social que detém da Praia em Movimento, E.M.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS


T.O.C. Nº 82359

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Accionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas referentes a 2014.

1. INTRODUÇÃO

A Praia Ambiente EM é uma empresa pública detida a 100% pela Camara Municipal da Praia da Vitória. Foi constituída em 9 de Outubro de 2006 tendo como principal objecto social a captação, tratamento e distribuição de água e ainda a limpeza pública do concelho da Praia da Vitória.

Nos termos do nº. 5 do Artº 447 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa que nenhum dos membros dos órgãos sociais possui qualquer acção da sociedade.

2. ACTIVIDADE DA EMPRESA

A empresa em 2014 atingiu um volume de negócios de 2.701.387,20 €, tendo decrescido quase 5% em relação ao período homólogo.

A empresa efectuou investimentos num total de 139.842,56 €. Grande parte deste investimento é relacionada com equipamento básico, nomeadamente em bombas doseadoras pré-cloragem para reservatórios, contadores, em recuperações/reparações de viaturas de recolha de lixo e aquisição de servidor.

3. PERSPECTIVAS FUTURAS

Em 2015 a empresa pretende reforçar e melhorar o fornecimento de água às populações com a construção/reabilitação de reservatórios e estações elevatórias; substituir e manter os equipamentos/infraestruturas de abastecimento de água; executar a rede de drenagem e tratamento de águas residuais; adquirir contentores para a renovação, melhoria e otimização do sistema de recolha de resíduos sólidos com a aquisição de viatura com caixa rotativa e recuperação de 9 viaturas e adquirir equipamento informático.

4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

No período em referência o volume de negócios foi de 2.701.387,20 €, sendo 1.210.255,27 € proveniente do consumo de água, o que representa uma percentagem de 45% do volume de negócios, 775.181,19 € resultante da recolha de resíduos sólidos, 29% do volume de negócios e 379.644,57 € derivado à disponibilização de água, 14% do volume de negócios. Na rubrica de outros rendimentos e ganhos verificou-se um aumento em relação ao período homólogo derivado fundamentalmente ao contrato de arrendamento com o Município da Praia da Vitória no valor de 158.500,00 €.

Os fornecimentos e serviços externos, com um valor de 897.629,04 €, diminuíram devido à política de contenção de gastos aplicado na empresa, enquanto os gastos com o pessoal ascendem a 1.505.474,81 €, devido ao acréscimo da estimativa de gastos com férias e subsídio de férias em relação ao ano anterior. Em outros gastos e perdas, do valor de 26.445,55 €, constam gastos em abate de bombas, nomeadamente 7.073,30 € e gastos com imposto de selo em bancos 8.574,83 €.

Praia
Ambiente

5. BALANÇO E RESULTADOS

O Balanço da Praia Ambiente, E.M., reflete o investimento de 4.347.349,16 € em equipamentos. O seu Ativo Líquido ascendeu a 9.218.427,31 €, devido essencialmente aos adiantamentos ao Município.

O Passivo totaliza 5.886.774,71 €, com a contração de um novo financiamento e os Capitais Próprios ascendem a 3.331.652,60 €.

A empresa teve um resultado operacional positivo de 269.638,18 € e um resultado líquido de 28.115,29 €.

6. DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração informa, que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do nº. 1 do Artº 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos do Artº 21 do Decreto-Lei nº. 411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração informa que a sua Sociedade tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

7. RESULTADOS

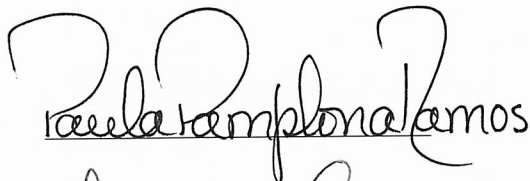
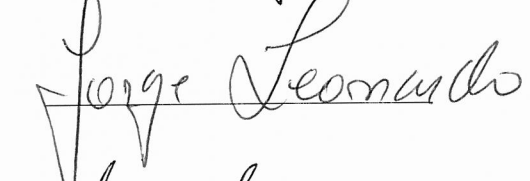

O Resultado Líquido da sociedade no exercício de 2014, é positivo no montante de 28.115,29 € e propomos a seguinte aplicação:

- Reservas Legais:	1.405,76 €
- Resultados Transitados:	26.709,53 €

8. NOTA FINAL

Queremos expressar um agradecimento a todos os que de forma directa ou indirecta têm vindo a contribuir para o desenvolvimento deste projecto.

O Conselho de Administração



DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Santos Vaz & Trigo de Moraes, SROC
Rua Silva Brinco, 148
4465-263 S. Mamede de Infesta

Praia da Vitória, 11 de março de 2015

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito do vosso exame às demonstrações financeiras da empresa **Praia Ambiente, E.M.**, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, conducente à respetiva Certificação Legal de Contas.

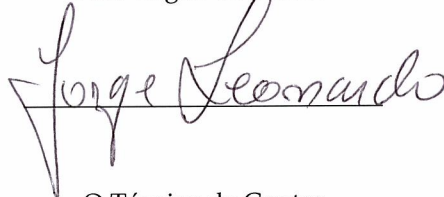
Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.


Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

1. Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respetivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante e as atas de todas as reuniões dos sócios e dos órgãos sociais e comissões.
2. As demonstrações financeiras não se encontram afetadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
3. Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
4. Estão registados todos os ativos de que a empresa é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados no Anexo.
5. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de imobilizações, resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado, e as que existem foram devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
6. Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.
7. Para além das constantes das demonstrações, não há quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados, nem se encontra em poder de Advogados qualquer situação de que possam derivar responsabilidades presentes ou futuras.

8. Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
9. É completa a informação que vos foi prestada sobre a identificação das partes em relação de dependência e sobre os respectivos saldos e transações.
10. Para além do que está divulgado nas notas do Anexo, não se verificaram acontecimentos subsequentes ao fecho das contas que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas.
11. Não temos projetos ou intenções de encerrar ou alienar linhas de produção, nem planos de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de existências, nem perdas de valor de imobilizações.
12. A empresa cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
13. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidos ou não, diferidos ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.
14. Não se verificaram irregularidades envolvendo os gerentes, diretores ou empregados, que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
15. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afetem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
16. Não temos projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações.
17. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras.

Pelo Órgão de Gestão


O Técnico de Contas


(TOC n.º 2593)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Praia Ambiente, E.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 9.218.427,31 euros e um total de capital próprio de 3.331.652,60 euros, incluindo um resultado líquido de 28.115,29 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais

exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Praia Ambiente, E.M.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

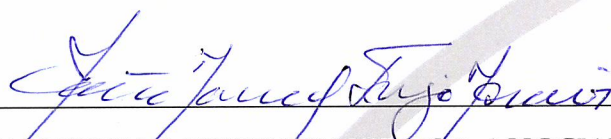
Enfâse

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, gostaríamos de chamar a atenção para o facto de, durante 2014 a administração da Empresa ter tomado as medidas tendentes à correção da situação relacionada com a ênfase constante na Certificação Legal das Contas por nós emitida com referência às demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2013. Por esta razão aquela ênfase deixa de ser aplicáveis.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

São Mamede de Infesta, 13 de Março de 2015



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por, João Manuel Trigo de Morais, ROC nº 881